

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO
REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE
DOIS MIL E QUATRO.**

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e quatro, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião extraordinariamente a referida Câmara, estando presentes, os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, João António Abrantes Caldeira, Helena Maria Freire Paixão, João Miguel Amaro Marques, Agostinho Petronilho Simão, Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares e Leonardo Manuel Valido Maia, Vereadores, comigo, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativa Especialista. E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram dez horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

A seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, oportunamente distribuída pelo senhor Presidente, foi aprovada por unanimidade:

- 1º Ponto – Alteração à Tabela de Taxas e Tarifas;
- 2º Ponto – Protocolos de Descentralização para as Juntas de Freguesia;
- 3º Ponto – Autorização para contracção de empréstimos de curto prazo;
- 4º Ponto – Opções do Plano e Orçamento para 2005

Ordem de Trabalhos

- 1º Ponto – Alteração à Tabela de Taxas e Tarifas;

Sobre o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos interveio o senhor Presidente tendo dito que no fundamental a nota introdutória reflecte o documento.

Disse ainda que em termos gerais as actualizações correspondem à inflação, que foram incluídas novas taxas e tarifas decorrentes de novas competências e que as tarifas do tratamento dos resíduos sólidos não sofreram alterações por acordo entre as Câmaras da AMAMB.

Interveio seguidamente a senhora Vereadora Helena Paixão questionando se na presente tabela contempla a taxa devida pelos direitos de passagem de infraestruturas de telecomunicações.

Respondeu o senhor Presidente para afirmar que existem dúvidas sobre a aplicação desta taxa, atendendo a que a PT está isenta de taxas.

A senhora Vereadora retorquiu que existem outras Operadoras de telecomunicações que não estão isentas.

O senhor Presidente sugeriu então que se possa esclarecer esta situação de modo a que se discuta e posteriormente se apresente em Assembleia Municipal.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Agostinho para manifestar o seu desacordo ao modo como se aplicam os escalões de consumo domésticos de água, que achava injusto a integração do total do consumo no escalão mais alto, por exemplo um munícipe que gaste 10 m³ são-lhe facturados todos no 3º escalão, quando seria mais justo facturarem-se 2 m³ no 1º escalão, 3 m³ no 2º e o restante no 3º escalão, esquema que é aplicado em vários municípios.

Quanto às tarifas das instituições particulares e autarquias locais, não concordava, porque muitas instituições privadas têm carácter lucrativo, estando assim ao nível das empresas, deveria-se sim referir Instituições de Solidariedade Social.

Na taxa aplicada ao consumo agrícola, onde existe grande desperdício, referiu-se ao benefício em relação à empresas, quando deveria estar equiparado.

Ainda no uso da palavra o senhor Vereador Agostinho reportou-se à página 9 – artigo 36º para manifestar a sua estranheza pelo facto de verificar que a taxa aumentou cinco vezes mais o seu valor, perguntou se

legalmente esta situação é possível, afirmando seguidamente que existe outros factos de prevaricação em que são aplicadas as contra ordenações.

Seguidamente interveio o senhor Vereador Caldeira afirmando que por princípio está de acordo com o pagamento da água pelo escalão mais alto na sua totalidade, mas prevendo-se no próximo um ano de seca o sistema proposto é aquele que leva a precaver o excesso de consumo de água.

Na sequência da intervenção do senhor Vereador Agostinho a senhora Vereadora Helena Paixão esclareceu que a competência para aprovação da *Tabela de Taxas e Tarifas* e, conseqüentemente, dos valores descritos naquele documento, é da Assembleia Municipal e de nenhum Órgão.

Por outro lado referiu a mesma autarca, que a Taxa referida pelo Vereador Agostinho não aumentou cinco vezes, pois não se trata de uma taxa regular, mas sim, de uma penalização, em que a taxa normal é agravada em cinco vezes o seu valor.

Esta penalização é utilizada nas situações em que os requerentes de determinada Licença de Construção, embora possuam um processo a correr tramitação para o efeito, nos Serviços de Licenciamento da Divisão de Administração Urbanística, iniciam as obras antes daquela tramitação estar concluída e, portanto, antes de estarem devidamente licenciados para a puderem executar. Paralelamente, recorre-se ao procedimento contra-ordenacional quando se identifica uma obra, em desenvolvimento ou até já concluída, sem que para o efeito tivesse havido qualquer pedido para licenciamento, ou seja, quando se tratam de obras absolutamente clandestinas, ou ainda quando existe uma licença de construção emitida relativamente a um projecto que se identifica na obra não estar a ser minimamente cumprida.

Ainda assim, referiu a senhora Vereadora Helena Paixão, que tendo consciência de que existem vários níveis de ilícito, que actualmente são penalizados com o “agravamento de taxas”, deu indicações ao Grupo de Trabalho que está a desenvolver a actualização do RMEU, para que sejam considerados a este nível, mais do que apenas um escalão de penalização, até porque esta Autarquia sempre tem primado por uma atitude mais educativa do que punitiva. A mesma Edil afirmou ainda acreditar que o procedimento de licenciamento e fiscalização urbanística ficará assim bastante mais eficaz já que a solução de ilícitos através de processos de Contra-ordenação, pelo facto de serem tão morosos, acaba por, objectivamente, não resultar.

Interveio novamente o senhor Presidente para dizer que discorda do que foi afirmado sobre os escalões da água porque o tarifário está concebido de forma progressiva, isto é, para onerar mais os munícipes que mais água gastam. Acrescentou que a proposta do Vereador Agostinho levaria a que quem mais gasta pagasse menos e quem menos gasta pagasse o mesmo.

Disse ainda que o primeiro escalão foi ampliado o que significa uma redução real no valor da água para os primeiros escalões onde se situam as pessoas com mais dificuldades financeiras.

Em relação ao ponto 2, concorda com a proposta porque o objectivo foi sempre servir as Instituições sem fins lucrativos.

No que se diz respeito á água agrícola disse que como já foi referido pelo senhor Vereador João Caldeira é o fornecimento de água não tratada, a intenção é reduzir o número de marcos que tem uma utilização abusiva.

Em nova intervenção o senhor Vereador Agostinho disse que em relação á água doméstica tem dúvidas que funcione como entrave aos excessos de consumo de água.

Em seu entender dever-se-á tomar outro tipo de medidas nomeadamente campanhas de sensibilização, iniciativas junto das escolas, desdobráveis, folhetos etc, acções estas que devem ser constantes, pois é do conhecimento público que nos próximos 25 anos vão existir na Europa zonas com grande escassez de água, estando muito provavelmente o Alentejo incluído e só dum modo continuado poderemos induzir comportamentos de poupança de água.

Em nova intervenção o senhor Presidente disse que os estudos que foram levados a efeito em 91/92 sobre a seca, apontaram que o maior factor de inibição de consumo de água é o preço. Naqueles anos, conseguiu-se reduzir em cerca de 1/3 o consumo de água na cidade com base no preço e numa grande campanha de sensibilização.

Disse ainda que no início do Outono deste ano foi lançada uma campanha de sensibilização, no entanto este tipo de acções quando decorrem no Inverno têm pouco significado.

A ideia que norteia esta situação é lançar uma forte campanha em torno do problema da água.

A concluir propôs a seguinte alteração:

Página 19 - ponto 2 onde se lê “Instituições Particulares e Associações” passa a ler-se “Instituições sem fins lucrativos”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três abstenções dos senhores vereadores do MCPM aprovar a Tabela de Taxas e Tarifas com a alteração proposta e, nos termos da lei, enviar a proposta de Tabela de Taxas para deliberação na Assembleia Municipal.

O senhor Vereador Agostinho apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Não voto favoravelmente a tabela de taxas e tarifas por não concordar com a tabela dos escalões do consumo doméstico da água”.

2º Ponto - Protocolos de Descentralização para as Juntas de Freguesia;

Foi o senhor Presidente que interveio para apresentar o documento mencionado em epígrafe, tendo este sido rubricado por todos os membros do executivo presentes e no termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Acrescentou ainda que se trata de um documento semelhante ao do ano transacto, salientando que desta forma se tem garantido uma grande descentralização de meios e recursos que muito têm beneficiado as Juntas de Freguesia.

Em relação à presente matéria a Junta de Freguesia de Cabrela tem contestado alguns parâmetros e nesse sentido foi levado a efeito uma reunião com todas as Juntas de Freguesia do Concelho as quais se manifestaram favoravelmente aos critérios apresentados, a Junta de Freguesia de Cabrela apresentou uma proposta alternativa que foi devidamente estudada tendo-se verificado que a proposta da Junta de Freguesia de Cabrela beneficiaria apenas as freguesias da Vila e do Bispo e todas as restantes seriam prejudicadas o que seria de esperar pois aquelas freguesias num louvável gesto de solidariedade têm prescindido de maiores verbas para que as freguesias rurais possam receber mais. Na última reunião Inter-Juntas, em que não esteve presente a Junta de Freguesia de Cabrela, todas as outras 9 Juntas manifestaram o seu acordo com a actual proposta da Câmara que, por isso, se mantém.

Pronunciou-se seguidamente o senhor Vereador Queiroz dizendo que concorda com a descentralização porém não lhe parece correcto na Pág. 4 – nº 2 referir pequenas intervenções é um termo pouco mensurável, dependendo do critério de cada Junta.

Usou seguidamente da palavra o senhor Vereador Agostinho para dizer que em seu entender os critérios para distribuição das verbas deveriam ser aferidos no início de cada mandato, devendo para o efeito realizar-se uma reunião específica.

Disse seguidamente que não lhe parece que um Presidente de Junta pretenda beneficiar a sua freguesia em detrimento de outras.

Considerou que esta é uma situação que deverá ser ponderada devido à sua delicadeza.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Maia para afirmar que os critérios em particular não os conhece, porém pensa que a proposta do Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela por beneficiar a sua Freguesia pode não ser menos correcta.

Terminou dizendo que Cabrela não é a freguesia que tem menos população nem menos área mas é a que recebe menos verbas.

Respondeu o senhor Presidente dizendo que a Junta de Freguesia de Cabrela não é a que recebe menos porque os cálculos e critérios entram em conta com o valor transferido do Orçamento de Estado que deverá somar-se. Recordou que esta distribuição de verbas decorre da situação anterior à transferência directa de verbas do OE para as freguesias e que, sem estas verbas municipais, as freguesias teriam visto reduzidas as suas receitas e recordou aqui como se processava esta matéria antes da aplicação dos Protocolos de Descentralização de Competências.

Disse seguidamente que existem duas Freguesias que prescindem do critério citado na página 2 ou seja abdicam de uma parte do valor a que teriam direito para compensar solidariamente as Juntas de Freguesia rurais e mais débeis. Esta questão tem sido discutida anualmente.

Acrescentou depois que é lícito que qualquer Junta de Freguesia discorde do que é proposto e apresente propostas alternativas mas, naturalmente, a alteração do critério de distribuição de verbas tem que obter o mais largo consenso entre as Juntas e não pode ser imposto unilateralmente apenas por uma delas. Recordou que as Juntas são livres de aderirem ou não ao Protocolo proposto pela Câmara.

Ainda no uso da palavra o senhor Presidente referiu-se á intervenção do senhor Vereador Queiroz para dizer que ao referir pequenas intervenções não se impôs limite directo.

Disse depois que qualquer valor superior a quinze vezes o salário mínimo será a Câmara a suportar, abaixo desse valor suportará a Junta de Freguesia e tem sido nesta base que o trabalho tem sido desenvolvido.

A terminar o senhor Presidente propôs a seguinte alteração:

Página 4 – alínea m) nº 1 – onde se lê “desenvolver” passa a ler-se desenvolve”

Página 4 – alínea m) nº 2 – onde se lê “serão” passa ler-se “poderão ser”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar os Protocolos de Descentralização para as Juntas de Freguesia com as alterações propostas e, nos termos da lei, enviar como Proposta para deliberação da Assembleia Municipal.

3º Ponto – Autorização para contracção de empréstimos de curto prazo;

Em nova intervenção o senhor Presidente apresentou o documento referente à autorização para contracção de empréstimos de curto prazo; que foi rubricado por todos os membros do executivo presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Acrescentou ainda que esta situação decorre da lei como está estipulado no presente documento.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a autorização para contracção de empréstimos de curto prazo e, nos termos da lei, enviar como Proposta para deliberação da Assembleia Municipal.

4º Ponto – Opções do Plano e Orçamento para 2005

De novo no uso da palavra o senhor Presidente apresentou, através do documento que abaixo se transcreve, as propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2005, documentos que foram rubricados por todos os membros do executivo presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos:

“Proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2005 – Apresentação e Enquadramento

*As Opções do Plano e o Orçamento contêm as orientações políticas e as acções fundamentais a concretizar pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Assim, e de acordo com a alínea c), do n.º 2, do Art.º 64º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro que alterou a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (e outra legislação específica e complementar), somos a apresentar e a fundamentar as **Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2005.***

Pretendemos garantir, para esta fase final do mandato e na sequência das Opções do Plano e Orçamentos de 2002, 2003 e 2004 oportunamente discutidos e aprovados, as orientações e opções estratégicas que foram sufragadas pelos Montemorenses nas Eleições Autárquicas de 2001.

As presentes Propostas respeitam, pois, a estrutura dos documentos homólogos dos anos anteriores, o que, julgamos, facilitará a sua análise, tratamento e coerência interna.

A Proposta de Opções do Plano para 2005 inclui:

*- Esta **Apresentação e Enquadramento Geral***

*- A proposta de **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)***

*- A proposta de **Plano de Actividades (PA)** que, não sendo obrigatória legalmente, é, em nossa opinião, um instrumento fundamental de planeamento, esclarecimento e discussão das Opções não incluídas no PPI*

Estas Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2005 são ainda acompanhados de outros documentos que, não decorrendo dos normativos legais que sustentam aqueles, entendemos justificarem-se pela sua pertinência e pela vantagem da simultaneidade:

*- Proposta de **Protocolos de Descentralização para as Juntas de Freguesia***

*- Proposta de alterações à **Tabela de Taxas e Tarifas.***

*A **Proposta de Orçamento para 2005**, ainda que registando adequações pontuais, mantém a estrutura global antes definida e baseada no classificador do POCAL. Inclui ainda os seguintes Mapas:*

*- Mapa resumo de **Receitas e Despesas, Correntes, Capital e Outras***

- Mapa resumo de Receitas e Despesas por Classificação Económica
- Mapa resumo das Despesas por Classificação Económico-Orgânica
- Mapa de Encargos Anuais a Satisfazer com a Liquidação de Empréstimos

As características técnicas destes documentos, e em particular à sua extensão e estrutura, não podem ofuscar o **principal objectivo estratégico** que vimos prosseguindo e que agora reafirmamos: **inverter a tendência para o despovoamento, recuperar população, assegurar a contínua elevação da qualidade de vida**. Este é o **grande desafio estratégico** que se coloca ao nosso Concelho, às suas instituições e cidadãos, a médio e longo prazo.

Conseguimos um êxito notável ao longo da década de 90 e nos últimos anos: travar a perda de população e o recuo económico-social global do Concelho, apesar do brutal choque negativo que nos vem sendo imposto (PAC e políticas nacionais) no sector agrícola e no mundo rural. Neste quadro, é determinante a capacidade para **diversificar, alargar e dinamizar a base económica com relevância para a criação de emprego, o reforço do investimento e da produção, o crescimento e mais justa distribuição da riqueza**.

Este objectivo estratégico não depende, no essencial, das políticas da Câmara (e das restantes autarquias que constituem o Poder Local Montemorense) mas compete-nos, como temos feito no quadro das nossas competências e capacidades, continuar a procurar as formas de contribuir para aquele objectivo central. A convocação de eleições legislativas antecipadas a realizar no 1º trimestre de 2005, para além dos diversos impactos que tem sobre um conjunto de áreas de acção municipal, poderia conduzir a que, após décadas de políticas de penalização do Alentejo e litoralização do país, após décadas de agravamento dos desequilíbrios regionais e crescente concentração do rendimento nacional numa pequena minoria, poderia conduzir dizíamos a uma nova orientação política de ruptura com o passado, de reequilíbrio regional e uma mais justa repartição do rendimento nacional. Tal perspectiva serviria a grande maioria dos Montemorenses e o desenvolvimento do Concelho.

Ainda que afectados por fortes condicionantes, em particular de cariz financeiro e económico – e que, por vezes, como à frente melhor se verá, têm assumido formas de discriminação e até de boicote –, vamos continuar a bater-nos e a assegurar, neste último ano de mandato, uma elevada concretização dos compromissos apresentados e sufragados pelos Montemorenses.

Situação Económico-Social do Concelho

Enquadramento, Problemas, Perspectivas

Um correcto enquadramento das presentes Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2004 aconselha uma abordagem breve e sintética à situação económico-social do nosso Concelho. O Poder Local, estamos disso cientes, não pode resolver problemas estruturais que são, antes de mais, do País e da responsabilidade primeira do Poder Central mas, face aos problemas e dificuldades que atingem a maioria dos Montemorenses, recusamos a indiferença ou uma cúmplice neutralidade. Conhecer a realidade, a sua evolução e alterações, aprofundar análises, ponderar soluções, apetrecha-nos melhor para avançar fundamentadas propostas, fortalece a credibilidade reivindicativa. Continuaremos a ser voz dos Montemorenses, continuaremos a procurar intervir e a contribuir positivamente nas questões de âmbito regional, nacional ou internacional que afectem o nosso Concelho!

Políticas Nacionais e Europeias Negativas

Mantém-se, infelizmente, actual o que afirmámos nas Opções do Plano e Orçamento para 2002. Aliás, particularmente face à política económica seguida pelo Governo, as alterações foram no sentido do agravamento. Com efeito, a clara assumpção duma estratégia global de direita com o agravamento das políticas de direita neo-liberais que vêm sendo aplicadas por sucessivos governos a que acresce o cego, insustentável e desastroso cumprimento do moribundo Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia são responsáveis por uma grave e global crise do País que inclui uma recessão económica que afecta a maioria dos portugueses. O Alentejo, como mostram os indicadores oficiais, é ainda mais penalizado. Reafirmamos, então:

“As políticas económico-sociais nacionais têm mantido .../... as orientações fundamentais dirigidas ao cumprimento dos critérios conservadores e neo-liberais da convergência monetária e nominal do Tratado da União Europeia e do Pacto de Estabilidade. Os indicadores economicistas de rentabilidade do capital prevalecem e são confundidos com desenvolvimento. As questões e preocupações sociais são acessórias e manifestam-se apenas para evitar rupturas no tecido social. A construção de uma União Europeia ao serviço dos grandes interesses económicos tem vindo a sobrepor-se e a excluir a construção de uma Europa Social, dos Povos e dos Cidadãos.

Em Portugal, apesar do adocicado discurso mediatizado de sucessivos Governos, o que os números oficiais mostram é o acentuar da já desequilibrada distribuição do rendimento nacional (vidé Relatórios do Banco de Portugal) beneficiando uma pequena elite em desfavor da esmagadora maioria dos portugueses.

A incidência conjunta destas políticas, europeias e nacionais, continua a traduzir-se num ainda maior afastamento da Região Alentejo das outras regiões comunitárias e nacionais.

O Alentejo afasta-se ainda mais do rendimento médio comunitário, vê aumentar o desequilíbrio na distribuição interna do rendimento, continua a assistir à liquidação de postos de trabalho, mantém a tendência para a desertificação social.

*O **desequilíbrio regional** continua a aumentar em Portugal sendo clara uma opção política estrutural, a nosso ver profundamente errada e de consequências dramáticas, de **litoralização** do país. Não se vislumbra uma real vontade de lançar uma política nacional de desenvolvimento regional que, definindo claramente estratégias, objectivos e metas, rompa com o contínuo agravamento do fosso entre o interior e o litoral. As enormes potencialidades do Alentejo e de Montemor-o-Novo continuam por aproveitar, optando o Poder Central por medidas pontuais ao sabor das conjunturas em vez de enveredar verdadeiramente por um processo de desenvolvimento integrado e sustentável. Quer as verbas nacionais (via Orçamentos de Estado) quer as verbas comunitárias (via QCA) mostram uma continuada e intencional distribuição gritantemente desfavorável e assimétrica. Como apontam as previsões da UE (ver Eurostat), a manter-se esta política, o Alentejo continuará a desertificar-se perdendo cerca de 100.000 habitantes até 2025”.*

Paira agora a perspectiva de imposição da chamada “Constituição Europeia”, cuja elaboração não respeitou qualquer processo ou legitimidade democráticas, e que pretende aprofundar a construção neo-liberal da UE. Haverá ainda que considerar a reforma da PAC cujo impacto negativo sobre a agricultura nacional e alentejana e os interesses colectivos nacionais está demonstrado. É, pois, justo reafirmar que:

*“Dizemos claramente **não** a tal cenário.*

Bater-nos-emos pelo direito dos Alentejanos e dos Montemorenses a poderem viver condignamente na sua terra!”

Principais Problemas e Perspectivas

Em 2004, e como prevíamos, voltou a agravar-se a situação sócio-económica do Concelho afectando, sobretudo, os cidadãos de menores recursos e socialmente mais vulneráveis.

Agravou-se a quebra do poder de compra da maioria da população – sendo que, como é infeliz norma, os trabalhadores, os reformados e as pequenas actividades económicas foram as mais atingidas –, aumentou o desemprego e baixou a oferta de 1º emprego para jovens, o emprego existente tornou-se mais inseguro, a actividade económica regrediu. Em suma, o Concelho – como o País e o Alentejo – e a maioria dos Montemorenses vêm suportando maiores dificuldades.

Ainda que politicamente ferido de morte, o Orçamento de Estado para 2005 foi recentemente aprovado pela maioria PSD-CDS/PP e não aponta para uma inversão da tendência existente. Aliás, nalgumas áreas como a do desemprego, prevê mesmo o seu agravamento. O valor previsto de investimento público no PIDDAC, na ordem dos 2,7% para o distrito de Évora, apenas confirma o desprezo do Governo pelo distrito e a opção de uma assumida política afunilada de desequilíbrio regional.

Urge, portanto, romper com esta política que, com variações, se vem mantendo há décadas e criar uma nova política nacional para atacar e resolver os grandes problemas da Região e do Concelho.

*O **desemprego**, sobretudo entre os jovens e as mulheres, constitui o principal problema de Montemor e poderá verificar um novo aumento em 2005. Esta problemática deverá ter ainda em conta a **falta de oferta de 1º emprego** para os jovens, a **precarização do emprego** existente, a **desadequada qualificação***

profissional. De um novo Governo que queira romper com o neo-liberalismo e implementar uma nova política, espera-se uma política económica não restritiva e preocupada com a criação de emprego, o investimento na educação e na formação profissional adequada. A Câmara, ainda que no âmbito das suas limitadas possibilidades e responsabilidades, continuará o esforço para dinamização e captação de investimento, de empresas e de actividades diversas geradoras de emprego, manterá – se necessário – a denúncia de políticas de regressão económica e social, voltará a fazer propostas para atacar e resolver os problemas quer quanto ao investimento público, quer quanto à criação de emprego, quer ainda a melhoria do sistema de ensino e de formação profissional.

A crescente **assimétrica, desequilibrada e injusta distribuição do rendimento**, consequência das políticas neo-liberais que vêm sendo aplicadas há quase 3 décadas, traduz-se em acentuados desequilíbrios sociais que afectam negativamente a maioria dos Montemorenses e tem igualmente constituído um factor refreante do desenvolvimento económico. Continuaremos a denunciar e combater as políticas nacionais e da União Europeia responsáveis, a propor alternativas e agir, a nível municipal, com políticas sociais de apoio às camadas da população mais penalizadas.

A vida da maioria dos **reformados, pensionistas e idosos**, mais de 1/3 da população, regista uma contínua perda do seu já débil poder de compra e maiores dificuldades no acesso à prestação de cuidados públicos de saúde. A perspectiva, ainda que difícil, de uma alteração política em 2005 que rompa com este estado de coisas, poderia e deveria conduzir a uma nova política e aproveitar os recursos de que o País dispõe – ainda que alguns o neguem para justificar a injusta política nacional de rendimentos – para proceder a um significativo aumento da grande maioria das reformas indignas auferidas e que, frequentemente, impõem vivências degradantes. Continuarão a contar com a solidariedade e o diversificado apoio da Câmara.

A **toxicodependência**, apresentando novos factores preocupantes (por exemplo, um novo tipo de consumo entre os jovens ou a inexistência de respostas eficazes da sociedade e do Estado aos consumidores em estágios avançados) e não sendo um problema apenas local nem tendo a incidência de outros territórios, constitui-se como crescente preocupação social. Continuaremos a procurar dar-lhe a resposta possível apostando, sobretudo, na prevenção.

O **alcoolismo, a desadaptação e insucesso escolar, a frustração de expectativas sociais** são outros problemas sociais a exigir políticas que não se limitem ao superficial. O novo fenómeno da **imigração**, geralmente clandestina suportando não poucas vezes condições quase escravizantes, instalou-se. Vimos prestando-lhes atenção crescente e a agir em conformidade.

Têm sido regulares as tentativas várias de estabelecimento no concelho de **redes de prostituição**, aproveitando as facilidades que o normativo legal confere. É um problema que ultrapassa as competências municipais mas que continuaremos a acompanhar com atenção e a exigir – e a tomar sempre que pudermos – medidas de combate eficazes.

Não há que iludir os reais problemas que defrontamos no concelho e a que, aliás, procuramos responder no âmbito das nossas competências. Entretanto, há igualmente a referir que Montemor mantém uma actividade económica, social, cultural e política que tem conseguido contrariar parcialmente o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais identificadas.

Reafirmamos que Montemor tem potencialidades, capacidades e vontade para assegurar – desde que sejam implementadas adequadas políticas nacionais! – o necessário desenvolvimento para uma vida digna e mais justa para a generalidade dos cidadãos. É neste sentido que, atentos e interventivos, continuaremos a orientar a nossa actividade.

Opções do Plano / 2005

3.1. Opções Programáticas para o Mandato 2002 / 2005

As **Opções Programáticas** para o mandato 2002 / 2005 estão, no essencial, contidas no Programa Eleitoral da C.D.U. (PCP/PEV) apresentado e sufragado maioritariamente pelos Montemorenses. Tal não exclui, antes pressupõe como orientação estratégica assumida, a abertura à análise e discussão das ideias, propostas, sugestões e críticas de outras forças políticas bem como de quaisquer instituições ou municípios. Identificam-se, de seguida, aquelas Opções Programáticas:

1. **Gestão municipal democrática, aberta e participada**

2. *Organização municipal renovada ao serviço de todos os cidadãos*
3. *Luta e contributo para o desenvolvimento e o emprego*
4. *Ordenamento do território e urbanismo de qualidade*
5. *Elevação da qualidade ambiental*
6. *Desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania*
7. *Reforço do apoio ao movimento associativo*
8. *Dinamização e apoio a iniciativas e acções de/e para a juventude*
9. *Intensificação de uma solidária acção social*
10. *Melhor protecção civil e segurança*

3.2. Opções do Plano para 2005

*As Opções do Plano para 2005, decorrentes das Opções Programáticas para o Mandato, são de seguida apresentadas e fundamentadas. Nestas assumem importância estrutural dois documentos de suporte – o **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** e o **Plano de Actividades (PA)** não incluídas no PPI (legalmente não obrigatório) – que as integram.*

*Os códigos, a que aludiremos ao longo deste texto, permitem remeter para o PPI e/ou para o PA e correspondem a uma hierarquização a saber: **Função/Opção Programática** (2 dígitos); **Sub-função** (4 dígitos); **Programa** (6 dígitos); **Projecto** (8 dígitos); **Acção** (10 dígitos).*

3.2.01. Gestão Municipal Democrática, Aberta e Participada

A Revolução de Abril abriu perspectivas e criou condições de participação popular na vida societária nunca antes existentes. O nosso sistema político foi positivamente moldado por essa intervenção mas as vicissitudes de uma prática política dominante tendencialmente elitista têm vindo a criar e a alargar o fosso entre os cidadãos e a “política”. As denominadas “democracias representativas”, onde Portugal se insere, estão hoje confrontadas com factores que vêm diminuindo a qualidade da democracia e que, a prazo, equacionarão os sistemas políticos em que a real participação activa dos cidadãos tende a reduzir-se significativamente.

Montemor-o-Novo tem um enorme património de criatividade e participação popular para a transformação social positiva. Vamos continuar a priorizar a experiência criativa e de participação acumulada e a procurar novas e/ou adequadas formas de participação na realidade comunitária actual que integre os valores da justiça social e do humanismo.

Em 2005, manteremos e consolidaremos as acções que, neste âmbito, vimos desenvolvendo.

Assumimos como opção estratégica desenvolver a democracia participativa como pilar da gestão: uma gestão municipal democrática, aberta e participada em estreita ligação com as populações

*Esta opção programática (código 01) concretiza-se nas seguintes grandes linhas/sub-funções: **participação popular nos processos de tomada de decisão** (código 01.01.), **aprofundamento da democracia política** (código 01.02.), **fomento da dinâmica popular** (código 01.03.), **reivindicações ao Poder Central** (código 01.04.), **comunicação** (código 01.05.) e **participações institucionais** (código 01.06.).*

3.2.01.01. Participação Popular nos Processos de Tomada de Decisão

Neste âmbito continuaremos a implementar fundamentalmente dois programas.

*O **Programa de auscultação não institucional** (PA-01.01.01.) assegurará diversos tipos de **atendimento à população, encontros, plenários, reuniões** e outras formas de auscultação.*

*O **Programa de estruturas consultivas locais de participação** (PA-01.01.02.) manterá o funcionamento das estruturas existentes que têm provado a sua importância e eficácia.*

3.2.01.02. Aprofundamento da Democracia Política

Manteremos os programas que a seguir se descrevem.

Programa de aperfeiçoamento do Poder Local (01.02.01.) onde se manterá o **combate a qualquer alteração de empobrecimento democrático do actual sistema político** (presidencialização, centralização, monopartidarismo, diminuição do numero de eleitos, não proporcionalidade da eleição, liquidação da eleição directa, etc.) e, pela positiva, proporá medidas para **aprofundar a democraticidade do sistema e aperfeiçoar o seu funcionamento.**

Programa de defesa da regionalização (PA-01.02.02.) que denunciará quaisquer tentativas de liquidar anti-constitucionalmente a regionalização, exigirá a democratização do poder regional, terminando com as nomeações e submetendo a eleição, os órgãos de poder regional institucionalizando, conforme preceito constitucional e necessidade para o desenvolvimento, as regiões administrativas. Cumpre-se, assim, a vontade manifestada pelos Montemorenses.

Programa de descentralização local (01.02.03.) onde continuaremos a reforçar, na sequência do êxito obtido, a descentralização negociada de competências e meios para as Juntas de Freguesia aprofundando a riquíssima e exemplar experiência existente no nosso Concelho.

Programa para o associativismo inter-municipal (PA-01.02.04.) onde assumimos a importância da consolidação e eficácia deste tipo de associativismo que, entre outras actividades já em curso, pode ter um significativo papel num futuro processo de descentralização do Estado.

3.2.01.03. Fomento da Dinâmica Popular

O **fomento da dinâmica popular** mantém-se como vertente central das Opções do Plano. Nesta sub-função (PA-01.03.) propomo-nos continuar a desenvolver **formas de parceria e participação** (contratualização com instituições e gestão participada de equipamentos) e o apoio à **dinamização do movimento associativo.**

3.2.01.04. Reivindicações ao Poder Central

A Câmara manterá, face ao Poder Central, uma postura crítica e reivindicativa na intransigente defesa dos interesses colectivos dos Montemorenses e do desenvolvimento do concelho e do Alentejo. Em paralelo, reafirmará uma atitude de colaboração activa para a concretização das políticas, projectos e acções que tenham reflexo positivo em Montemor-o-Novo e no Alentejo.

Tendo presente que as próximas eleições legislativas nos abrem uma possibilidade de alteração positiva das opções políticas que vem sendo seguidas há décadas por sucessivos Governos, bater-nos-emos por **novas políticas nacionais de desenvolvimento regional (PA-01.04.01.)** e pela concretização de **projectos concelhios (PA-01.04.02.)** da responsabilidade da administração central que são determinantes para o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

3.2.01.05. Comunicação

A **comunicação (PA-01.05.)** tem uma importância crescente na sociedade actual. Continuaremos a reforçar a actuação da Câmara nesta área.

A **comunicação entre a Câmara e o Município (nos dois sentidos) e o relacionamento com a comunicação social** são prioridades nesta área.

3.2.01.06. Participações Institucionais

A nossa Câmara tem uma tradição de abertura ao exterior e activa participação em instituições diversas que pretendemos manter já que daí resultam valias positivas quer para as nossas autarquias quer para o concelho.

Asseguraremos e alargaremos, sempre que se justifique, as nossas **participações institucionais (PA-01.06.)** aos diversos níveis (municipal, regional, nacional e internacional).

3.2.02. Organização Municipal Renovada ao Serviço de Todos os Cidadãos

Temos procurado que a organização dos serviços municipais assegure a rigorosa igualdade de tratamento dos cidadãos, um eficaz atendimento e célere tramitação das solicitações, uma prestação de serviços de qualidade crescente, a humanização organizativa quer face aos municípios quer para com os trabalhadores.

As condicionantes financeiras têm imposto que, não obstante as melhorias registadas nos últimos anos, o processo de modernização dos serviços caminhe mais lentamente do que o necessário e o possível. Apesar das dificuldades, continuaremos a estimular o empenhamento de chefias e funcionários, a efectuar importantes investimentos, a introduzir as alterações possíveis para a melhoria das condições de trabalho e de serviço aos municípios.

Apostamos na adequação, melhoria e renovação da organização dos serviços municipais numa perspectiva do município e servindo todos os cidadãos.

*Esta opção programática (código 02) concretiza-se através de **plano de modernização** (código 02.01.) e de **projectos inovadores** (código 02.99.).*

3.2.02.01. Plano de Modernização

*O **Plano de Modernização** tem uma visão global da Câmara e é composto por um conjunto diversificado e coerente de acções para a concretização dos objectivos pretendidos. Este Plano subdivide-se, pois, em programas que, de seguida, abordaremos sucintamente.*

*O **Programa de Modernização da Organização dos Serviços** (02.01.01.) vai essencialmente dar continuidade ao **plano de modernização administrativa**.*

*O **Programa de Modernização para o Pessoal** (PA-02.01.02.) manterá a prioridade à **melhoria das condições de trabalho**, à **formação** e à **participação dos trabalhadores** na organização e na actividade da Câmara. Proceder-se-à igualmente, e atentas as condicionantes legais que impedem qualquer racional gestão de pessoal, à reafecção de pessoal conforme as necessidades dos serviços. Procurar-se-à o equilíbrio entre as necessidades da Câmara e as justificadas expectativas de evolução nas carreiras.*

*O **Programa de Modernização das Instalações Municipais** (02.01.03.) terá, face às dificuldades financeiras e aos custos perspectivados, uma concretização faseada.*

*O **Programa de Modernização de Equipamentos** (PPI-02.01.04) prevê uma progressiva e continuada actualização dos equipamentos ainda que com fortes limitações orçamentais face às reais necessidades.*

*O **Programa de Valorização do Município** (02.01.05.) centra-se, essencialmente, na promoção interna e externa do concelho.*

*O **Programa de Documentação** (02.01.06.) visa, para além da aquisição de publicações, consolidar um conjunto de bases de dados sobre a actividade municipal e sobre o concelho e disponibilizar a sua consulta e uso.*

3.2.02.99. Projectos Inovadores

*Vamos continuar a implementação do programa **“Câmara ao Encontro do Cidadão”** (02.99.01.), aliás na sequência de bem sucedidas experiências anteriores, com o objectivo de continuar o fomento de uma nova cultura de abertura ao município na organização municipal.*

3.2.03. Luta e Contributo para o Desenvolvimento e o Emprego

Mantém-se actual o que, respeitante a esta matéria, escrevemos nas Opções do Plano para 2002:

“As políticas nacionais e, em particular a política nacional de desenvolvimento regional, são determinantes para o desenvolvimento local e regional. Não é possível definir e aplicar uma estratégia local de desenvolvimento (excepto em casos muito específicos) que consiga sobrepor-se àquelas políticas e à sua concretização no território concelhio ou da Região. Por isso, nos pronunciamos sobre aquelas políticas e propomos outras que entendemos mais adequadas e justas para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo e para as condições de vida dos diversos grupos sociais. A responsabilidade do Poder Central na situação dos concelhos e Regiões é, pois, nuclear e indescartável.

Consideramos que Montemor-o-Novo e o Alentejo têm sido pesadamente penalizados pelas políticas do Poder Central e que o seu estágio de desenvolvimento resulta disso. Consideramos, ainda, que um real processo de desenvolvimento do concelho e da Região implica uma nova e diferente orientação política. Aos Governos compete desencadear as políticas, os programas, os projectos, as medidas que despoletem e sustentem processos de desenvolvimento. Montemor, o Alentejo e, em geral, todo o interior do País continuam a aguardar tais opções!

Entretanto, esta nossa posição não significa alijar toda e qualquer responsabilidade deste tipo. Ao contrário, assumimo-las no âmbito das competências do Poder Local e procuramos e procuraremos uma activa intervenção municipal para o desenvolvimento.

Outras Opções Programáticas têm manifestamente incidência no desenvolvimento e no emprego. Ao individualizar estes programas pretendemos atribuir-lhes uma especial relevância”.

Este é o enquadramento que deve estar presente na análise desta Opção (código 03).

Lutar por novas políticas que assegurem o desenvolvimento e a criação de emprego e contribuir para tal, na medida das nossas limitadas competências, é uma prioridade da nossa política municipal.

*Esta opção programática (código 03) assenta em 3 pilares: **planeamento estratégico** (código 03.01.), **apoio ao desenvolvimento** (código 03.02.) e **projectos inovadores** (código 03.99.)*

3.2.03.01. Planeamento Estratégico

A Carta Estratégica do Concelho (PA-03.01.) é o principal instrumento de intervenção estratégica cuja elaboração formal se tem prolongado excessivamente ainda que dos seus trabalhos muito se venha aproveitando quer do ponto de vista conceptual quer do ponto de vista de projectos e acções. Prevê-se a conclusão formal da Carta Estratégica no primeiro semestre de 2005.

3.2.03.02. Apoio ao Desenvolvimento

O apoio ao desenvolvimento económico mantém-se como pilar fundamental da estratégia de desenvolvimento porque a dinamização, diversificação e expansão da base económica concelhia com a indispensável criação de postos de trabalho é essencial para o processo de desenvolvimento. Não descuidamos, contudo, a importância e impacto de outras acções ainda que, eventualmente, com menor visibilidade na sua incidência económica. Olhemos, então, os programas:

O Programa de Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento (03.02.01.) mantém a prioridade à Zona Industrial da Adua (em várias vertentes) e ao Parque de Exposições Municipal.

O Programa de Promoção do Concelho (PA-03.02.02.) onde se destaca o apoio aos agentes económicos e as acções de captação de novos investimentos.

Nos Programas/Projectos de Iniciativa Municipal (03.02.03.) releva-se o Programa de Recuperação e Revalorização do Castelo, o lançamento do projecto do Centro Internacional de Artes Transdisciplinares, a criação de um Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico, o Urbcom e o lançamento de um novo Programa de Apoio ao Comércio Tradicional.

O Programa de Participação em Projectos de Outras Entidades (03.02.04.) em que mantemos a disponibilidade para o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento local.

No **Programa de Turismo** (03.02.05.) manteremos as participações e a colaboração vantajosa com a **Região de Turismo de Évora** e a **Associação das Regiões de Turismo do Alentejo**, estruturas indispensáveis à promoção turística, e continuaremos a aposta na expansão desta actividade.

No **Programa de Mercados e Feiras** (03.02.06.), para além do êxito do trabalho em curso, haverá que consolidar as novas acções e expandir o existente. Haverá que dar uma atenção particular ao início da remodelação do Mercado Municipal.

(Nota: O ponto 3.2.04. não existe por questões técnicas de codificação do PA e PPI.)

3.2.05. Ordenamento do Território e Urbanismo de Qualidade

Para a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, pós 25 de Abril de 1974, o Ordenamento do Território e o Planeamento Urbanístico nunca foram entendidos como mero cumprimento das competências da Autarquia, mas sim como pressupostos e práticas essenciais ao desenvolvimento do Concelho.

Continuaremos a melhorar e a aprofundar as nossas políticas nesta área.

A gestão do território e o uso planeado do solo como instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável e integrado, de base local, constituem-se e confirmam-se como uma das opções programáticas decisivas.

Esta opção programática (código 05) concretiza-se através da **gestão urbanística** (código 05.00.), do **planeamento** (código 05.01.), do **apoio à recuperação e construção de habitação** (código 05.02.), da **qualificação urbana** (código 05.03.), da **melhoria da rede viária** (código 05.04.), do **património** (código 05.05.), do **apoio a iniciativas de particulares** (código 05.06.), da **gestão dos solos** (código 05.07.) e de **projectos inovadores** (código 05.99.).

3.2.05.01. Gestão Urbanística e Planeamento

No **Programa de Gestão Urbanística** (05.00) continuaremos a melhorar os mecanismos de controlo e gestão para implementar e gerir de forma eficaz os instrumentos de planeamento.

O **Programa de Planeamento** (05.01.) visa uma prática capaz de ir ao encontro das expectativas da população, de forma actualizada, salvaguardando sempre da pressão especulativa o interesse público e colectivo. As aprovações formais finais da Alteração de Âmbito Limitado do PDM e da Revisão do Plano de Urbanização da cidade que, há mais de um ano aguardam decisão, deverão estar concluídas no início de 2005. De seguida, poderemos abrir a Revisão Geral do PDM e prosseguir outros Planos em espera (Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da cidade, Planos de Urbanização das Sedes de Freguesia rurais em falta, alguns Planos de Pormenor). Continuaremos a insistir na correcção de algumas concepções administrativistas e de alguns dos parâmetros urbanísticos que se vêm revelando desactualizados, lesivos dos interesses das populações e condicionadores do desenvolvimento concelhio (como por exemplo os índices e densidades de construção).

3.2.05.02. Apoio à Recuperação e Construção de Habitação

Mantemos o apoio à habitação como uma das prioridades da Câmara neste mandato. Para além do evidente impacto positivo na qualidade de vida das populações, esta política tem também contribuído pelo efeito económico multiplicador da construção civil para o emprego e a dinâmica económica e ainda para valores concorrenciais e atractivos que trazem e fixam população.

Através do **Programa de Habitação Municipal** (05.02.01.) manteremos um tratamento sistemático e integrado ao parque habitacional propriedade do Município.

Reforçaremos os **Programas de Apoio à Recuperação de Habitação** (05.02.02.) com a criação de um novo programa dirigido à melhoria das condições de **habitabilidade e salubridade**, continuaremos os programas de recuperação de habitação degradada, esperamos poder implementar outros programas, como o Prohabita, que não depende apenas da vontade municipal.

Com o **Programa de Terrenos Municipais** (05.02.03.) pretende-se uma política que evite a especulação urbana dos solos, continuando a disponibilizar novos lotes em loteamentos municipais, negociando terrenos em localidades com escassez de oferta e/ou procura de soluções alternativas.

O **Programa de Parcerias para Construção de Habitação** (05.02.04) pretende-se estimular detentores de terrenos urbanos em zonas carenciadas e/ou promotores a desenvolver loteamentos em parceria.

3.2.05.03. Qualificação Urbana

O **Programa de Planeamento/Estudos/Projectos** (PA-05.03.01.) visa assegurar uma bolsa de projectos que permita, em tempo, concretizar as obras necessárias.

O **Programa de Espaços Exteriores** (05.03.02.) tem vindo a estabelecer um plano de qualificação das áreas exteriores, incluindo a intervenção/obra no terreno, com o objectivo de viabilizar soluções de qualidade em espaços urbanos humanizados, ambientalmente equilibrados e dotados de equipamentos e programas para a sua animação e uso, que são indispensáveis à vida social e colectiva das populações.

O **Programa de Iluminação Pública** (PPI-05.03.03.) garante, com a participação das Juntas de Freguesia, a continuidade do reforço e extensão da rede de iluminação pública. Iniciaremos a implementação de um **Plano de Optimização Energética**.

3.2.05.04. Melhoria da Rede Viária

Assente no princípio fundamental da constante melhoria da qualidade de vida das populações, a requalificação da rede viária constitui outra das áreas em que é necessário continuar a intervir. Neste âmbito, e assegurando a continuidade do trabalho já desenvolvido, irá manter-se o esforço de investimento por parte da Autarquia que tem permitido atenuar insuficiências.

No **Programa de Circulação e Trânsito** (05.04.01.) destaca-se a continuidade do investimento na segurança rodoviária.

No **Programa de Requalificação da Rede Viária** (05.04.02.) mantém-se um elevado investimento através de um vasto programa de intervenções de melhorias e conservações quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais e ainda novas construções de arruamentos em várias freguesias rurais.

3.2.05.05. Preservação do Património

O **Programa de Preservação do Património** (05.05.01.) prevê o acompanhamento e/ou elaboração de estudos e planos de reabilitação e intervenções diversas de conservação bem como a aplicação das directivas do **Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico**.

3.2.05.06. Apoio a Iniciativas de Particulares

Este tipo de apoio, sobretudo centrado nas **obras e loteamentos** (PA-05.06.01.), estimula a dinâmica de iniciativa dos cidadãos e tem um papel de sensibilização de grande importância. Continuaremos a reforçar, em particular, esta última componente.

3.2.05.07. Gestão de Solos

Através do **Programa de Bolsas de Terrenos** (PPI-05.07.01.) pretende-se contribuir para ultrapassar dificuldades de disponibilidade de terrenos para construção em várias localidades (embora haja terrenos urbanos privados que, havendo vontade dos proprietários, cobririam largamente as necessidades) e ainda garantir solos para equipamentos colectivos indispensáveis.

3.2.05.99. Projectos Inovadores

Vamos continuar o **Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentado** (PA-05.99.01.) com formas e instrumentos inovadores de intervenção nesta área. Queremos que constitua um desafio público para todos os que intervêm nesta área.

3.2.06. Elevação da Qualidade Ambiental

A procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a humanização da paisagem e as práticas agro-pecuárias tem constituído uma das primeiras prioridades desta Câmara nos últimos anos a que será dada continuidade.

Algumas das principais necessidades básicas da população estão aqui enquadradas e têm constituído uma prioridade fundamental quando não primeira dos Executivos Camarários pós 25 de Abril. Referimo-nos, nomeadamente, ao abastecimento público de água, ao saneamento básico e à higiene pública. Mantemos esta linha de rumo.

Mantemos a **exigência de uma política nacional de ambiente** que assegure respostas estruturais aos problemas do País e que os municípios, no âmbito das suas competências, procuram resolver.

Temos sabido manter em Montemor-o-Novo um património ambiental de grande qualidade sem grandes e irreversíveis atentados. Estamos perante uma das maiores potencialidades do concelho e eixo para um desenvolvimento integrado e sustentável.

Há, portanto, que enfrentar e procurar soluções para os principais problemas que afectam o nosso ambiente e nos quais, de alguma forma, o Poder Local pode intervir: os efluentes das pecuárias, as intervenções no solo e na paisagem, o tratamento dos diversos tipos de resíduos e dos efluentes domésticos. Há, sobretudo, que potenciar e valorizar as nossas características ambientais como vector determinante da qualidade de vida e do desenvolvimento local e regional.

Valorizar, numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável, o nosso Património Ambiental, continuar a enfrentar e procurar soluções para os principais problemas ambientais, garantir a Elevação da Qualidade Ambiental é uma das grandes opções programáticas.

Esta opção programática (código 06) integra a **promoção e defesa do meio ambiente** (código 06.01.), a **conservação da natureza** (código 06.02.), o **saneamento** (código 06.03.), o **abastecimento de água** (código 06.04.), os **resíduos sólidos** (código 06.05.) e a **higiene pública** (código 05.05.).

3.2.06.01. Promoção e Defesa do Meio Ambiente

Neste âmbito, as acções propostas inserem-se em dois programas:

O **Programa de Controlo da Poluição** (06.01.01.) onde continua a assumir importância central a continuidade e aplicação das orientações do PIGS, projecto inovador dirigido ao problema dos efluentes das suiniculturas mas em que encetamos novas acções.

O **Programa de Defesa do Meio Ambiente** (06.01.02.) com o Plano Municipal de Ambiente, a Agenda XXI, a educação ambiental e o Parque Integrado de Reciclagem. Importância central para a prossecução do novo programa **Reagir**, financiado pela UE, e que visa a reciclagem de entulhos.

3.2.06.02. Conservação da Natureza

*Esta é uma área prioritária (06.02.01) que envolve importantes investimentos, nomeadamente, na **Rede Natura 2000**, no projecto para o **Sítio de Monfurado** que inclui os novos projectos **GAPS**, **Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado** e **Naturale**, financiados pela EU ou, ainda, com o novo **Rever Med**.*

3.2.06.03. Saneamento

*Tendo o Município confirmado a opção, na sequência da discussão em devido tempo suscitada, por criar e integrar um sistema inter-municipal de gestão de saneamento (e águas) ficou perspectivada a intervenção futura do Poder Local nesta área da sua competência. Recorde-se que, em virtude da ruptura imposta por várias Câmaras (Évora, Borba, Alandroal, Mourão e Reguengos) no seio da AMDE, a candidatura consensualizada ao Fundo de Coesão da UE oportunamente apresentada ao Governo PS em Setembro de 2001 foi inviabilizada e o processo atrasou-se, então, mais de 1 ano. Entendemos – e a experiência recente dos sistemas multimunicipais reforça esta convicção! - que esta é a melhor opção para os Montemorenses já que, assim, se garantirá a manutenção do carácter público e da gestão pública do sistema, o controle do tarifário e as competências e serviços (incluindo a situação dos trabalhadores) do Poder Local nesta área. Após 3 anos de atrasos, discriminações e boicotes (4 Ministros do Ambiente já passaram pela pasta), continuaremos a trabalhar e a lutar pela concretização do sistema inter-municipal de abastecimento de água e saneamento, nomeadamente, no âmbito da **AMAMB – Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente**, criada em 2003.*

Continuaremos a implementar dois programas tendo em conta o acima descrito.

*O **Programa dos Sistemas Municipais de Saneamento** (06.03.01.) onde manteremos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.*

*O **Programa dos Sistemas Inter-Municipais** (PA-06.03.02.) visando uma activa participação na implementação do sistema inter-municipal de gestão, exigindo o respeito pelas nossas opções e o tratamento igual pelo Governo e assegurando o domínio e a gestão pública autárquica no sistema. Por isso, criámos com os Municípios de Arraiolos, Estremoz, Mora e Vendas Novas (e com a adesão anunciada de Vila Viçosa) a **AMAMB, Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente**, necessária à criação da empresa inter-municipal, onde prosseguiremos este trabalho. Iremos aprofundar a colaboração com as restantes Associações que, no Alentejo, defendem esta opção e lutam pela concretização de sistemas inter-municipais. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de saneamento do concelho já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).*

3.2.06.04. Abastecimento de Água

O que se disse no ponto anterior (3.2.06.03. Saneamento) é rigorosamente válido para o abastecimento de água.

*No **Programa dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água** (06.04.01.) manteremos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.*

*O **Programa dos Sistemas Inter-Municipais** (06.04.02.) visando uma activa participação na implementação do sistema inter-municipal de gestão, exigindo o respeito pelas nossas opções e o tratamento igual pelo Governo e assegurando o domínio e a gestão pública autárquica no sistema. Por isso, criámos com os Municípios de Arraiolos, Estremoz, Mora e Vendas Novas (e com a adesão anunciada de Vila Viçosa) a **AMAMB, Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente**, necessária à criação da empresa inter-municipal, onde prosseguiremos este trabalho. Iremos aprofundar a colaboração com as restantes Associações que, no Alentejo, defendem esta opção e lutam pela concretização de sistemas inter-municipais. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de*

abastecimento de água no concelho – nomeadamente, a concretização do sistema de abastecimento de água a partir da Barragem dos Minutos – já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).

3.2.06.05. Resíduos Sólidos

*Nesta área, as principais acções estão contidas no **Programa de Resíduos Sólidos Urbanos (06.05.01.)**. Releva-se a implementação da fase final do **Plano Distrital de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos com funcionamento em cruzeiro da GESAMB, empresa inter-municipal de gestão de RSUs**. Manteremos a opção e o esforço de investimento na **renovação e expansão de equipamentos**.*

*A Câmara suportou integralmente, em 2002, os custos adicionais do tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Em 2003, e respeitando a exigência no âmbito do financiamento concedido pela UE e pelo Governo, lançámos, em simultâneo com os Municípios do distrito que ainda não cobravam tal serviço, a respectiva tarifa. O actual tarifário está longe de cobrir os correspondentes custos e a Câmara continuará a suportar, como custo social, uma parte substancial do tratamento dos RSUs. Procuraremos reduzir o défice aumentando a **recolha selectiva no Concelho** e procedendo a outros ajustamentos ao sistema de recolha.*

3.2.06.06. Higiene Pública

*O **Programa de Higiene Pública (06.06.01.)** promoverá a melhoria da limpeza nas localidades, assegurará o funcionamento pleno do canil municipal e promoverá diversas acções de prevenção e sensibilização.*

3.2.07. Desenvolvimento Cultural, Desportivo e Recreativo para a Cidadania

A intensa actividade sócio-cultural do concelho mantém-se indissoluvelmente ligada à política municipal que vem sendo seguida para o sector. O papel determinante da Câmara na dinamização e apoio a este sector tem aumentado face à diminuição ou mesmo aos cortes de apoios oriundos da administração central e de outras instituições. Esta política tem procurado estimular criativamente a dinâmica dos diversos sectores sociais em presença, orientando a actividade no respeito e desenvolvimento da nossa forte identidade cultural, irmanando a tradição com a abertura ao progresso e à inovação e, em simultâneo, criando as condições físicas, humanas e financeiras indispensáveis.

A Câmara desempenha um papel imenso no apoio às instituições educativas, culturais, desportivas e recreativas do concelho bem como aos grupos informais que surgem. A par disso, a própria iniciativa camarária disponibiliza aos Montemorenses e às suas instituições bem como a quem nos procura, infra-estruturas e projectos de grande qualidade geralmente indisponíveis em zonas como a nossa.

Montemor tem vindo a adquirir crescente prestígio nacional e internacional pela diversidade, intensidade e inovação da sua acção sócio-cultural.

Este é um dos pilares que definimos como estratégico para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo.

Aprofundar o desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania baseado numa política municipal de democratização e formação de base, na iniciativa e dinâmica local, em projectos e na projecção nacional e internacional constitui uma opção programática fundamental.

*Esta opção programática (códigos 07 e 09) desenrola-se pela **educação** (tratada no código 09), pela **cultura** (código 07.01.), pelo **desporto** (código 07.02.), pelos **tempos livres e lazer** (código 07.03.), pelos **equipamentos** (código 07.04.), pelo **apoio às associações** (código 07.05.) e pelos **projectos inovadores** (código 07.99.).*

3.2.07.01. Cultura

Montemor tem uma política cultural reconhecida e prestigiada em relação à qual temos tido a necessária capacidade de renovação. Com o programa “Montemor 2003” e com a parceria significativa com o

Centro Coreográfico / Rui Horta abrimos novas perspectivas e expectativas para os próximos anos. Fomentando uma participação activa das instituições e da população iremos continuar desenvolver esforços para garantir o salto de qualidade em curso que aprofunde a dinâmica existente e que continue a projectar Montemor nesta área.

Abordamos, de seguida, os dois principais programas embora alguns outros também aqui se reflectam.

O Programa de Dinamização de Actividades (PA-07.01.01.) dará continuidade às actividades que vimos desenvolvendo. Destacamos a renovação e inovação de um conjunto de Ciclos e Festivais.

O Programa para o Património Cultural (PA-07.01.02.) consolidará o trabalho em curso e procurará concluir a clarificação sobre alguns projectos.

3.2.07.02. Desporto

*O desporto tem sido e continuará a ser prioridade. Manteremos uma atenção particular às actividades diárias, quer de iniciativa municipal quer de instituições e municipais, que têm um relevo e uma participação significativas e em expansão mas os **equipamentos e infra-estruturas** voltam a concentrar grandes esforços e investimentos.*

*O Programa de Dinamização de Actividades (PA-07.02.01.) assegura a continuidade e a expansão do que se vem fazendo, dando uma especial atenção à componente de **formação** e consolidará novos projectos antes lançados e dirigidos a sectores específicos.*

3.2.07.03. Tempos Livres e Lazer

*Neste item (PA-07.03.01) assume relevo o trabalho da **Oficina da Criança** cujo impacto se faz sentir em áreas como a cultura e a educação. Pretende-se consolidar projectos recentes.*

3.2.07.04. Equipamentos

Pela importância que assumem do ponto de vista estruturante e pelos recursos de investimento que exigem, entendemos individualizar aqui os equipamentos.

Os Programas de Equipamentos Culturais e de Lazer (07.04.01.) e Equipamentos Desportivos (07.04.02) explicitam quer o funcionamento dos existentes quer o investimento em curso e previsto a este nível. Pretende-se iniciar as obras do Arquivo Municipal e do novo Parque Desportivo.

3.2.07.05. Apoio às Associações

Definimos uma linha clara de reforço do apoio ao movimento associativo com vista à manutenção, criação e expansão de actividades mas também de consolidação das estruturas associativas. Mantemos como princípios fundamentais o respeito pela autonomia associativa e o tratamento igual às associações.

Vamos continuar o Programa de Apoio à Construção e Beneficiação de Equipamentos (PPI-07.05.01.), o Programa de Apoio às Actividades dos Clubes e Associações Desportivas (PA-07.05.02.) e às Associações Culturais (PA-07.05.03.).

3.2.07.99. Projectos Inovadores

*Mantemos uma grande aposta no incremento do **associativismo** (07.99.01.) que, apesar dos atrasos verificados, tem como instrumento fundamental a implementação do **Centro de Apoio ao Movimento Associativo**, espaço físico de apoio comum bem como o pleno funcionamento pleno o **Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo** com características de apoio técnico.*

3.2.09. Educação

As competências autárquicas incidem essencialmente no ensino pré-primário e no 1º Ciclo do Ensino Básico mas a nossa intervenção e apoio estende-se aos restantes níveis.

O trabalho da Câmara de Montemor-o-Novo no concelho é reconhecido nesta área. Mantemos e reforçamos o que de positivo se vem realizando e insistimos num ambicioso Programa de recuperação do parque escolar edificado que aguarda decisão de financiamento comunitário.

O Programa de Requalificação de Equipamentos Escolares (09.01.01. e 09.01.02.) continuará em curso.

O Programa de Acção Social Escolar (PA-09.02.01.) e o Programa de Transportes (PA-09.02.02.) continuará a alargar a concessão de um imenso apoio social.

O Programa de Dinamização de Actividades (09.03.) quer desportivas (09.03.01.) – em que para fazer face ao esquecimento a que a administração central tem votado o desporto escolar, a Câmara vem procurando dar algum contributo –, quer culturais (09.03.02.) – com uma enorme e inabitual oferta –, quer recreativas (09.03.03.) será continuado.

3.2.08. Reforço do Apoio ao Movimento Associativo

O movimento associativo é aqui entendido em sentido lato, isto é, não abrange apenas as colectividades culturais, desportivas e recreativas mas todo o tipo de associativismo sem fins lucrativos que, de algum modo, se reconheça importante para o nosso concelho.

O que atrás foi dito apenas para aquelas colectividades deve ser entendido como extensivo a todo o movimento associativo.

O funcionamento pleno do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, estrutura essencialmente vocacionada para apoio técnico, contribuirá para o reforço e expansão da actividade associativa.

A complexidade da situação do movimento associativo aconselha a que se prolongue o esforço para um profundo conhecimento da realidade e a busca comum de respostas aos problemas existentes.

Vamos manter, em diálogo com as instituições, a aposta no reforço do apoio ao Movimento Associativo numa perspectiva de dinâmica local.

3.2.09. Dinamização e Apoio a Iniciativas e Acções de e para a Juventude

Não obstante o conjunto de actividades municipais (ou em parceria) que se dirigem para/ou à Juventude e que, de alguma forma, se vão mantendo, continuamos a registar grandes insuficiências nesta área da nossa actividade.

Queremos, após várias vicissitudes, concluir da renovação do Centro Juvenil (PPI-07.04.01), instalando-o em definitivo no antigo “colégio”, retomando e dinamizando (PA-08.01.01), naquela base, programas dirigidos aos jovens ou de sua iniciativa.

Consideraremos a oportunidade da realização de um Fórum da Juventude que, garantindo ampla participação juvenil, permita identificar e apontar perspectivas de trabalho para a juventude e com a juventude.

Melhorar, com a participação dos jovens, uma política municipal visível e eficaz para a juventude é opção central.

3.2.10. Solidária Acção Social

Os problemas sociais existentes no concelho, na sua esmagadora maioria resultantes de uma profunda assimetria na distribuição do rendimento nacional, com reflexos em amplos sectores sociais que sobrevivem com valores irrisórios e indignos, tem motivado uma crescente intervenção camarária.

Sendo clara a responsabilidade determinante do Poder Central nesta matéria, a Câmara tem diagnosticado e denunciado a situação, tem assumido a consequente acção reivindicativa, tem apoiado as justas reivindicações dos montemorenses e das suas instituições.

Paralelamente, e de acordo com as limitadas competências de que dispõe, a Câmara tem-se predisposto para a cooperação activa em iniciativas da Administração Central, tem apoiado (das mais diversas formas) as instituições concelhias, tem dinamizado e apoiado a criação de novas instituições.

Igualmente, desenvolve directamente programas e medidas que visam minorar aqueles problemas.

Propomo-nos, assim, manter o esforço de apoio e intervenção que vimos assegurando, com bons resultados, nesta área.

*Destaca-se o **Programa de Apoio a IPSS(s)** que está, sobretudo, virado para a construção e instalação de centros de dia, lares e outras valências. Ainda a relevar a participação em projectos de parceria com outras entidades.*

*Propomo-nos consolidar o projecto **Rede Social**, lançado com sucesso em 2003, e que entendemos ser um instrumento fundamental de coordenação de esforços entre instituições e de intervenção integrada nesta área. O **Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências**, iniciado em 2003 e que reputamos de grande importância, estará parcialmente dependente de opções da Administração Central.*

*Manteremos o **apoio às comissões e associações de reformados, pensionistas e idosos** com quem asseguraremos e criaremos **programas regulares de animação, prevenção e outros**.*

*O contributo para a **prevenção na saúde** continuará a contar com o nosso empenhamento.*

É nossa opção programática intensificar a solidária acção social quer por iniciativa municipal quer através de parcerias.

3.2.11. Melhor Protecção Civil e Segurança

*A responsabilidade pela **Protecção Civil** (PA-11.01.) tem vindo a recair sobre as autarquias locais e os Bombeiros mantendo-se por parte do Poder Central a indefinição da necessária política nacional que delimite responsabilidades, identifique meios, disponibilize recursos.*

*No distrito, temos sido pioneiros no que respeita à protecção civil. Fomos dos primeiros a criar o **Centro de Emergência de Protecção Civil**; fomos dos primeiros a elaborar o **Plano de Emergência Concelhio de Protecção Civil**; mantemos uma actividade regular no concelho e uma excelente coordenação e cooperação com os Bombeiros Voluntários com quem assinámos um Protocolo que contempla estas matérias.*

*O nosso **Programa de Protecção Civil** (PA-11.01.01.) centrar-se-á na exigência de uma política nacional clara que delimite responsabilidades e nos disponibilize os necessários recursos, no funcionamento regular do Centro, no reforço do apoio aos nossos Bombeiros Voluntários secundando-os na exigência de financiamento para a remodelação do Quartel e ainda no reforço da coordenação municipal da Protecção Civil.*

*A **Segurança Pública** (PA-11.02.) é responsabilidade primeira do Poder Central. Temos vindo a assistir a uma preocupante diminuição dos efectivos da GNR com clara quebra dos níveis de prevenção e segurança necessários à cidade e ao Concelho. Por outro lado, continuam a sentir-se actividades atentatórias de um são clima social na comunidade com a consequente insegurança. Em 2005, manteremos um forte e interventivo acompanhamento da situação. Um elevado nível de colaboração com o comando do destacamento da GNR tem-se mostrado decisivo para actuar com eficácia sobre problemas que regularmente o Concelho defronta. Consideramos esta colaboração – que exige um esforço continuado de ambas as instituições – determinante para a nossa segurança. Convirá registar que a Câmara tem apoiado e continuará a apoiar – sem que tenha obrigação – a modernização de instalações da GNR o que tem permitido, por exemplo e pontualmente, manter ou reforçar efectivos.*

*Propomo-nos manter esta política de acção e assegurar o funcionamento do **Conselho Municipal de Segurança**.*

Vamos contribuir para mais e melhor Protecção Civil e Segurança no concelho.

Orçamento/2005

Este Orçamento, o terceiro em que o POCAL cobre um exercício anual, contém substanciais, e em geral positivas, alterações mas cujo reflexo só os próximos anos consolidarão. Com ligeiras adaptações, mantivemos o classificador das rubricas económicas do POCAL usado em 2004.

Vamos continuar a adaptação ao POCAL de forma gradual, continuando a aprofundar um conjunto de procedimentos que reputamos de fundamentais para se começar a tirar benefícios daquele instrumento para a gestão.

4.1. Situação Económico-Financeira da Câmara

A Câmara apresenta uma boa situação económica e financeira que se traduz, nomeadamente, por uma dívida corrente equilibrada ainda que crescente, por um endividamento baixo e beneficiando de excelentes taxas bonificadas (ver Mapa dos Encargos Anuais a Satisfazer com a Liquidação de Empréstimos), por uma capacidade de endividamento que se situa muito abaixo do limite legal, numa estável dependência (comparativamente abaixo da média) dos FGM, FCM e FBM.

Contudo, o volume de projectos e acções em conclusão, em curso ou a lançar onde avoluma um conjunto de obras de cariz estruturante (Piscinas Recreativas, Parque Escolar, Parque Desportivo, Programas Ambientais, programa do Castelo, piscina coberta, qualificação urbana, instalações municipais, arruamentos, etc.) obriga a um grande esforço de investimento cujo financiamento depende de diversas origens (fundos comunitários e nacionais, locação financeira, etc.). Esperamos que, finalmente, o III QCA disponibilize as verbas esperadas.

O Orçamento de Estado para 2005 aliviará a imposição de um limite drástico à capacidade e à possibilidade de financiamento das Autarquias Locais através de créditos. Esta imposição afectava, sobretudo, Câmaras que, como a nossa, souberam manter uma dívida equilibrada e uma reserva de financiamento para obras consideradas fundamentais. Esperamos, pois, poder usar este instrumento para garantir os elevados níveis de investimento propostos.

Temos vindo, com êxito, a apostar – no que da Câmara depende e mantendo uma invejável situação económico-financeira – num salto qualitativo global do concelho e da qualidade de vida das populações.

4.2. Receitas

A actual Lei das Finanças Locais tem na prática mostrado as limitações que lhe apontámos. Mas, começam a vir a público posições que defendem o aumento das receitas municipais por via do uso da fiscalidade municipal e do aumento da carga fiscal o que claramente rejeitamos. O caminho terá que ser a descentralização de verbas através de uma mais justa repartição dos recursos públicos entre a Administração Central e a Administração Local. De facto, recorda-se que as verbas destinadas ao Poder Local representam em Portugal, recorde-se, 10% da despesa para uma média da UE de cerca de 15%.

Temos afirmado com clareza que só aceitaremos transferências de novas competências se acompanhadas dos meios necessários à sua cabal execução. Em 2003 e 2004, as transferências têm-se verificado mas os meios para as cumprir não as acompanham. Continuaremos a denunciar a situação.

Continuamos a aguardar e a exigir uma reforma fiscal que despenalize os portugueses de menores recursos e aplique um sistema progressivo. Era particularmente chocante que, por exemplo, a Contribuição Autárquica colocasse a posse de habitação própria a pagar mais do que a grande propriedade fundiária. Entretanto, com a recente aprovação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e

do Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) poderão abrir-se algumas perspectivas positivas apesar de se ficar muito aquém do necessário e indispensável a uma maior justiça fiscal. A Câmara, no âmbito do IMI, propõe um conjunto de taxas e

“... ainda que a aplicação em concreto destas novas taxas do IMI deva vir a merecer estudo cuidadoso nomeadamente quanto ao que resultar em 2004, a Câmara procura assim tornar competitivo e atrair investimento imobiliário quer de construção nova quer de recuperação, contribuir para combater o despovoamento nas zonas rurais e no centro histórico da cidade, favorecer o arrendamento, penalizar o parque degradado e fomentar a sua recuperação”

(ver proposta contida na Comunicação n.º 29/2003)

O primeiro ano de aplicação destes novos impostos foi 2004. Ainda não dispomos de dados completos mas esperamos que, conforme preceito legal, a Câmara possa ser compensada de qualquer diminuição deste tipo de receita.

Confirma-se que a **tarifa para tratamento e deposição dos resíduos sólidos urbanos** - decorrente da entrada em funcionamento do Aterro Sanitário de Évora no âmbito da concretização do Plano Director de Resíduos Sólidos do Distrito que, na base da criação de uma empresa inter-municipal de gestão, transporta, trata e deposita os lixos de 12 concelhos do distrito - não cobre os custos adicionais que a Câmara vem suportando com os lixos que entrega desde início de 2002 no Aterro Sanitário de Évora. Em 2005, manteremos aquelas tarifas e procuraremos actuar sobre os custos: aumentando a recolha selectiva, diminuindo o lixo para o aterro.

Admitimos ainda que, face à quebra da actividade económica, possa não se atingir a cobrança de receitas projectada.

O total das **receitas** previstas ascende a € 30.928.755,00 euros sendo € 13.429.596,00 euros de **receitas correntes**, € 17.498.159,00 euros de **receitas de capital** e € 1.000,00 euros de **outras receitas**. Este ambicioso volume de receita só será atingido se for possível assegurar o elevado financiamento comunitário e nacional previsto. Acautelando esta previsão, o PPI incluído nas Opções do Plano assinala com * as acções que só se concretizarão mediante a obtenção daquele financiamento. Correspondendo aquelas acções a valores que ascendem a mais de € 8 milhões de euros compreender-se-á a insistência nesta vertente. Por outro lado, a realização dos níveis previstos de alguns impostos, como o IMI e o IMT, mantém grande imprevisibilidade.

Continuamos a aguardar o recurso à anunciada linha de crédito para investimentos financiados pelo III QCA supostamente com condições mais favoráveis que as detidas actualmente.

Admite-se como necessário o recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

A captação de receita quer própria quer em parceria (AMDE, autarquias, instituições) continuará como uma das mais importantes vertentes da nossa gestão.

4.3. Despesas

Por obrigação legal, o total das **despesas** terá que igualar as receitas previstas sem que se evidencie o eventual défice ou superave a assumir. Não tem sentido falar sequer na distinção entre despesas correntes e despesas de capital porque, por lei, somos obrigados a incluir reais despesas de investimento (por exemplo, de pessoal) em correntes. Por estas e outras razões, já antes invocadas noutros documentos, o Mapa Resumo das Despesas/Classificação Económico-Orgânica ou o Mapa Resumo das Despesas Segundo a Classificação Funcional não podem ter uma leitura directa que induz erros objectivos. Este é um dos problemas que se mantém com o POCAL.

Os investimentos mais vultuosos estão devidamente identificados ao nível do PPI. O apoio directo aos Montemorenses e às suas instituições está disperso por várias rubricas mas ascenderá a mais de 1 milhão de Euros.

*Finalmente, ainda um destaque para a **descentralização para as freguesias**. Temos vindo a reforçar significativamente a descentralização, nomeadamente, com os Protocolos de Descentralização. Essa linha manter-se-à em 2005 com benefícios evidentes para todos. A Câmara continua a assumir o compromisso de garantia do nível de financiamento das Juntas de Freguesia (sustentando assim a excelente actividade que desenvolvem) quer aumentando o montante anterior em 3% quer prevendo acordos específicos (transportes escolares, obras de média dimensão, etc.). O valor global para esta descentralização corresponderá a € 835 mil Euros.*

4.4. Operações de Tesouraria

Os valores movimentados através de Operações de Tesouraria atingem montantes absolutos e saldos médios elevados que aconselham uma gestão rigorosa que possa obter, dentro das condicionantes legais, benefícios financeiros. Em 2005, continuaremos a melhorar este tipo de gestão.

Conclusão

As Opções do Plano e Orçamento para 2005 propõem metas ambiciosas que pretendem responder às principais necessidades do Concelho tendo em conta, por um lado, os poucos recursos que nos são disponibilizados e, por outro lado, a captação possível de financiamentos nomeadamente através do III Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia. Num ano em que a anunciada retoma económica deverá revelar-se mais lenta e difícil que o previsto, tudo faremos para que avancem projectos concelhios financeiramente pesados mas inquestionavelmente necessários ao Concelho.

Com ambição e realismo, continuaremos a pugnar pela promoção e prestígio de Montemor-o-Novo em termos regionais, nacionais e internacionais e a dar um importante contributo para o desenvolvimento e para uma melhor qualidade de vida no Concelho”.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Agostinho para referir que no Plano de Actividades continua a predominância de intenções, nomeadamente a Carta Estratégica que vai passando de uns anos para os outros.

Na Zona Industrial da Adua no ano 2004 constava que se ia implementar um centro de apoio às micro e pequenas empresas, constando para 2005 “Estudo para definição de um centro de apoio às micro e pequenas empresas” revelando assim que em 2004 se quis implementar um centro de apoio sem o necessário estudo prévio.

Quanto à conclusão do Regulamento do sistema de incentivos para a Adua, no plano de 2004 deveria estar concluído até final do ano, passou para o presente plano, onde se prevê mais uma vez a sua conclusão até final do ano.

No que se refere ao Plano de Ordenamento do trânsito, que deveria estar concluído até Dezembro de 2004, passou para o Plano onde se prevê a sua conclusão até final do ano, continuando-se a assistir a todos os problemas de circulação que no dia a dia dificultam a vida às pessoas na cidade.

Referiu ainda o estudo de lançamento de novas feiras que já configurava no ano que decorreu salientou que seria de todo importante que fosse levado a efeito, porém ainda não pareceu o seu estudo.

Salientou que o Regulamento Municipal de apoio às instituições sem fins lucrativos deveria constar no Plano de actividades, referindo que a proposta que está aprovada pela Câmara para discussão com as Instituições constitui um bom instrumento de trabalho.

Quanto à Acção Social o Vereador Agostinho referiu-se que já era tempo da Câmara Municipal organizar um serviço social, à semelhança de outras Câmaras, de modo a potenciar toda a sua acção.

A terminar referiu-se à constituição da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, que deveria ser implementada e posta a funcionar, pois era a forma de evidenciar o apoio ridículo que o Governo destinou para as despesas de logística.

Apesar de tudo a sua Implementação iria constituir um salto qualitativo na resolução dos problemas.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Queiroz para referir que não se alongará muito e com detalhe sobre o documento, pois as suas posições são sobejamente conhecidas.

Disse que se trata de um documento semelhante ou quase cópia dos anos anteriores, no qual não existe qualquer abertura às múltiplas propostas apresentadas ao longo destes anos pelo Vereadores eleitos pelo MCPM, descurando problemas centrais do desenvolvimento, que vão da demografia à esfera económica, da qualidade de vida e do saneamento básico à habitação social.

O PCP oculta os principais problemas do concelho e tenta criar a ideia de que tudo está a ser resolvido pela “sua” Câmara, o que na realidade não acontece dado que além do controlo do poder por um grupo não existe qualquer estratégia coordenada com as outras forças políticas ou sociais para começar a resolver seriamente os problemas. Não há qualquer gestão participada, dado que este grupo tem vida cívica uma concepção de controlo e não de partilha.

O documento está cheio de generalidades e de análises políticas deturpadas, como a descoberta do PCP/CDU do “grande êxito de travar a perda de população” na década de 90. Para quem sabe ler os censos do INE e não alinha nesta demagogia constata que o concelho continua não só em perda de população entre 1991 e 2001, como índice de envelhecimento é hoje um dos mais elevados dos concelhos do Alentejo. A falsificação da realidade e demagogia apenas servem para manter o atraso social e evitar as soluções dos problemas do concelho. A zona Industrial da Adua é apenas um exemplo de má gestão e de uma necessidade imperiosa de reorganização.

No documento está patente a dificuldade do PCP/CDU em compreender e aceitar a esmagadora vontade dos povos na construção da União Europeia, nomeadamente dos países que saíram recentemente da esfera totalitária, vontade de democracia, de respeito pelo direitos humanos, de paz e desenvolvimento. Na União Europeia os cidadãos têm direitos políticos e sociais, liberdades, emprego e protecção social, sindicatos e sociedade civil, o que faz com que milhões de cidadãos de todo o mundo desejem trabalhar e viver na Europa. O PCP tem outras concepções e modelos de sociedade que os povos que já os sofreram rejeitaram em todas as eleições democráticas até agora realizadas nos países do Leste Europeu.

Veja-se os recentes eleitorais resultados da Ucrânia, onde a população manifestou a vontade de integrar a União Europeia.

Portugal tem ainda muitos problemas estruturais a resolver, em primeiro lugar a educação e qualificação dos cidadãos, a formação profissional com objectivos estratégicos que permita romper com o atraso em relação aos países da União Europeia.

Montemor-o-Novo tem todos estes problemas de forma mais agravada pela situação demográfica e insuficiência de recursos humanos qualificados. O saneamento básico continua por resolver e o património em geral mantém-se em progressiva degradação.

O discurso do PCP/CDU omite estas realidades e até considera que a Câmara de Montemor ao contrário de todos os municípios do País tem uma “situação financeira invejável”, o que poderá significar que se trata de um estranho e singular oásis ou que não estão a investir no desenvolvimento do concelho, o que nos parece mais evidente.

Interveio seguidamente o senhor Presidente para afirmar que o senhor Vereador Queiroz continua a tentar confundir aquilo que são documentos institucionais, elaborados no âmbito das funções públicas legalmente desempenhadas pela Câmara Municipal, com documentos que queria rotular de partidários. As propostas apresentadas e em discussão foram elaboradas por eleitos que estão legitimados pelo voto dos Montemorenses.

O documento limita-se a fazer uma referência genérica à situação política nacional e internacional naquilo que se considera afectar o concelho de Montemor-o-Novo.

Disse de seguida que, mais uma vez o Vereador Queiroz tenta atribuir aos eleitos pela CDU e ao PCP posições que não correspondem às reais mas a deturpações que o próprio e outros têm por hábito fazer para evitar discutir o que é essencial. Reafirmou que é falso que o documento se manifeste contra a União Europeia mas sim contra o modelo neo-liberal de construção da União Europeia que se vem aplicando e que serve, sobretudo, os grandes interesses económicos. A chamada Constituição Europeia não foi democraticamente elaborada, não foi democraticamente discutida e, apesar de alguns poucos aspectos positivos, é no essencial uma peça do neo-liberalismo federalista. Em alternativa, disse, propomos uma outra União Europeia, uma União Europeia da coesão social e económica com mais justa distribuição do rendimento, uma União Europeia de povos iguais e soberanos e não uma federação onde alguns poderosos decidem o essencial, uma União Europeia mais democrática onde os cidadãos tenham voz e não uma U.E. afastada dos cidadãos como se provou nas últimas eleições.

Em relação às próximas eleições legislativas, basta uma leitura ao que está escrito para desmentir

o que foi dito. O termo usado no verbo é o condicional que, em Português, é claro no significado. Disse seguidamente que a Carta Estratégica está em curso contra a vontade do MCPM e que a criação do Centro de Apoio a Micro-empresas não foi financiado pelo PORA, o que se lastima porque o PORA devia ter dinheiro para o desenvolvimento económico, o que implica a necessidade de estudar alternativas para a sua implementação.

Referiu-se depois o senhor Presidente ao Plano de circulação e trânsito para dizer que está em fase de execução no entanto está atrasado, porém mesmo com este plano em prática não resolve o problema da Avenida Gago Coutinho.

Acrescentou depois que no que se refere ao lançamento de novas feiras já foram levadas a efeito novos eventos, O Festival de Sopas e a Feira do Pão e da Doçaria que ambas já contaram com a 2ª edição, bem como a Feira Medieval que também já teve a sua 2ª edição e sempre com uma enorme atractividade.

Referiu-se seguidamente ao Regulamento sobre as instituições sem fins lucrativos para afirmar que se encontra em discussão pública como tal não foi proposta a sua referência mas os eleitos pelo CDU aceitam que se introduza aquela acção.

No que se refere à Acção Social disse ainda o mesmo autarca que se levou a efeito uma importante discussão na assembleia Municipal que culminou com a constituição da Rede Social.

Em relação à comissão de protecção de crianças e jovens em risco a questão já foi abordada, no entanto salientou que não concorda com a constituição de uma estrutura sem capacidade de intervenção por falta de meios e quando é confrontada com a realidade não é eficiente. É seu entendimento que a referida Comissão só deverá ser constituída quando existirem condições reais para funcionar.

Referiu-se seguidamente à formação profissional tendo-a considerado como importante como tal existe uma referência a esta matéria que deverá passar pela reforma do sistema educativo bem como constituir estruturas e programas de solução para a formação profissional que na prática possam inserir na dinâmica económica do País.

No que se refere à situação económica e financeira da Câmara os termos que foram utilizados apenas servem para comparar com outras situações, que passa por uma margem de endividamento baixo e quando é referido uma situação invejável significa que a dívida é equilibrada com alguma “margem de manobra”.

Interveio novamente o senhor Vereador Agostinho para salientar que existem muitas Comissões de protecção de crianças e Jovens em risco no País que têm desenvolvido trabalhos bastante positivo, ao contrário do discurso do Presidente que dá a entender que a existência destas Comissões é uma “fachada”. No concelho, disse ainda mesmo autarca, um conjunto de técnicos e instituições têm trabalhado nesta área, resolvendo algumas situações, sendo confrontados pela falta da Comissão, que permitiria uma maior celeridade dos processos, pois tem uma personalidade jurídica que o trabalho em parceria que se realiza não possui.

Referindo-se ainda à questão do ambiente, lamentou que ao fim de 30 anos de maioria CDU a governar o concelho, refira investimentos avultados, sendo a grande parcela no tratamento dos esgotos, o que revela uma lacuna muito graves, pois esse investimento já deveria estar feito, e então sim, encontra-se a Câmara numa fase de renovação das estações de tratamento, acabando por dizer que apesar de tudo “mais vale tarde que nunca”.

Referiu-se ainda à questão do ambiente para dizer que ao fim de 30 anos ainda têm que ser levadas a efeito obras significativas na área do ambiente nomeadamente nos efluentes domésticos.

De novo no uso da palavra o senhor Vereador Queiroz frisou que a constituição das comissões de protecção a crianças e jovens em risco são extremamente úteis na perspectiva do cidadão. Existem muitos casos de violências domésticas nas quais a polícia não tem intervenção, como tal um poder político responsável não pode estar indiferente a este tipo de situações.

Usou seguidamente da palavra a senhora Vereadora Helena Paixão, afirmando que lhe parece que em momento algum, ela própria ou algum dos outros eleitos pela CDU se manifestaram contra a importância e a necessidade da constituição das referidas Comissões de protecção a Crianças e a Jovens em Risco. O que sempre defenderam é que, dado o ridículo dos meios disponibilizados pelo Governo, para o efeito – nas palavras do próprio Vereador Agostinho Simão, com as quais concorda plenamente – a constituição daquelas comissões resultaria numa assunção de responsabilidades que depois não seria, objectivamente, possível cumprir. A mesma Autarca, referiu também, acreditar plenamente que, a agir assim, só estaríamos a ilibar o Governo da responsabilidade de concretizar uma verdadeira e adequada transferência de meios, condição absolutamente necessária para que aquele projecto possa ser viabilizado e concretizado com a

seriedade que se justifica. Refere ainda a senhora Vereadora Helena Paixão que acredita que o caminho a seguir continua a ser o recurso a todos os meios, incluindo os de comunicação social, para pressionar publicamente o Governo no sentido de assumir as suas responsabilidades na transferência daqueles meios. Em nova intervenção o senhor Presidente disse que apesar de não existir a referida comissão existe um trabalho muito importante nesta área e atendendo á actividade que foi desenvolvida está-se em condições de o quantificar e apresentar uma proposta ao governo. Não se deve é criar uma Comissão que depois não consegue responder às situações que se propôs por falta de meios como, aliás, já se constatou em vários casos, alguns graves existentes o País.

Em nova intervenção o senhor Vereador Agostinho disse que o resultado do trabalho deste tipo de comissões é francamente positivo, a nível de tribunal as situações arrastam-se anos pela inexistência destas comissões.

A concluir disse o Vereador Agostinho que ao interpretar o documento, se não houver um melhor apoio para a logística da Comissão a Câmara não a integrará, pelo que questionou ao Presidente se por hipótese uma das instituições radicadas pela lei, resolvesse o problema da logística da Comissão, se manteria a mesma postura.

Interveio novamente a senhora Vereadora Helena Paixão para manifestar a sua discordância com o senhor Vereador Agostinho relativamente à sua afirmação de que “ *a melhor forma de reivindicar colocar as insuficiências à prova*”, pois considerava haver um mundo de distância entre atitude de “resignação acomodada” implícita à opinião daquele senhor Vereador e o confronto público e de responsabilização efectiva de quem tem a competência para a resolução do problema, neste caso o Governo / Poder Central, a quem urge direccionar reivindicações concretas, sustentadas inclusive, nos exemplos de sucesso, desenvolvidos no Concelho de Montemor-o-Novo no âmbito da protecção à criança e aos jovens em risco, fora, e até anteriores, à imposição de constituição das comissões, conforme definido pela legislação mais recente.

Interveio agora o senhor Vereador João Marques para afirmar que existe acordo na constituição desta comissão independentemente das formas de apoio, no entanto o problema que se coloca é a sequência dos actos de apoio á vitima, ás mulheres ás crianças etc, a falta de recursos é incrível e não existe resposta do ponto de vista social.

Disse seguidamente que a intervenção social tem sido levada a efeito pela intervenção precoce que têm prestado um trabalho bastante positivo nesta área, porém a sua acção está limitada por falta de meios económicos.

Em nova intervenção o senhor Vereador Queiroz disse que o problema que se coloca é as prioridades de cada autarquia e atendendo a que as camadas atingidas por este tipo de comissões são muito desfavorecidas não dão portanto protagonismo ao governo.

A terminar o senhor Presidente propôs então a seguinte alteração no documento:

Página 55/56 – programas – 07.05.02 – 07.05.03. – incluir “ conclusão do Regulamento de Apoio às Instituições Sem Fins Lucrativos”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três votos contra dos senhores Vereadores do MCPM aprovar as Opções do Plano para 2005 com as alterações propostas e, nos termos da lei, enviar como Proposta para deliberação da Assembleia Municipal.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três votos contra dos senhores Vereadores do MCPM aprovar o Orçamento para 2005 e nos termos da lei, enviar como Proposta para deliberação da Assembleia Municipal.

Os senhores Vereadores do MCPM apresentaram a seguinte declaração de voto:

O plano e orçamento para 2005 proposto pela maioria PCP/CDU é um documento idêntico aos apresentados nos anos de 2002 e 2003, mantendo no essencial perspectivas e orientações que apenas parcialmente correspondem às necessidades de desenvolvimento do Concelho.

Do ponto de vista da fundamentação é um documento ideologicamente “ carregado “ e tecnicamente pobre. Os problemas do concelho são sempre originados por agentes externos, nomeadamente políticas Europeias e Nacionais, capitalizando a maioria para si tudo o que de positivo foi feito após o 25 de Abril. Sabe-se que os maiores investimentos realizados no concelho foram concretizadas através de fundos europeus e Nacionais.

O ataque à União Europeia na linha do que sempre fizeram revela preferências assumidas por sistemas políticos de partido único, onde não existe pluralismo partidário e a oposição é excluída e perseguida. A Constituição Europeia, ao contrário do que se afirma no documento não será imposta mas democraticamente votada pelos cidadãos Europeus com total liberdade . Os povos da Europa já escolheram viver em sociedades democráticas plurinacionais ,pluriétnicas onde se respeitam os direitos humanos e Há progresso económico e social.

Durante estes 3 anos mantiveram-se os principais problemas do concelho, identificados diversas vezes pelos eleitos do MCPM, nomeadamente a desertificação humana a incapacidade para atrair investimentos e fixar empresa, ausência de ensino técnico e escassa oferta de formação profissional, graves problemas no saneamento básico, degradação do património histórico-monumental, políticas sociais insuficientes , entre outros.

O documento apresentado está cheio de referências autoelogiosas e nele se percebe a vontade de prosseguir o investimento na propaganda e na imagem e controlo da sociedade civil, neste caso com a criação de estruturas tutelares para o “ movimento associativo “.

A apresentação de uma pseudo Carta Estratégica em período pré eleitoral, é a confirmação da falta de seriedade política desta maioria.

Para quem conhece os problemas do poder local estranha-se a autoproclamada “ invejável “ situação financeira da Autarquia que

Só poderá justificar-se pela substituição do necessário investimento, pela reivindicação e inércia.

Porque o Plano e Orçamento apresentados não correspondem às necessidades de desenvolvimento do concelho de Montemor-o-Novo votamos contra os documentos apresentados pela maioria PCP/CDU

Declaração de Voto dos Eleitos CDU sobre as Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2005

1. Dando cumprimento ao legalmente estabelecido, o Presidente da Câmara apresentou atempadamente à Câmara as propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2005. Em reunião de Câmara de Setembro passado, foi feito o convite à participação de todos os eleitos na elaboração daqueles documentos, nomeadamente apresentando propostas fundamentadas. Foram convidadas as forças políticas a pronunciar-se sobre a versão final das propostas de Opções do Plano e Orçamento antes da sua discussão pela Câmara. Até à data desta reunião de Câmara nenhuma proposta de eleitos ou forças da oposição foi apresentada.

2. Os Eleitos CDU, recusando a demagogia fácil e pautando-se pela discussão séria dos reais problemas do Concelho, registaram as continuadas afirmações requeitadas e recorrentes dos Vereadores do MCPM completamente desfasadas da dinâmica e da realidade do Concelho.

3. Os Eleitos CDU aprovaram as Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2005 porque aprofundam uma estratégia de desenvolvimento do nosso concelho dirigida a toda a população, porque recusam servir interesses particulares ou de grupo e porque concretiza o programa que os Montemorenses sufragaram nas eleições autárquicas. Releva-se:

a) A denúncia das políticas nacionais e comunitárias que afectam o concelho e a maioria da sua população e a exigência de políticas de desenvolvimento regional que garantam mais investimento, mais produção e mais emprego em Montemor e no Alentejo;

b) O combate aos problemas sociais mais sentidos em Montemor como o desemprego, a falta de emprego para os jovens, a precariedade no trabalho, a situação dos reformados pensionistas e idosos, a toxicodependência, etc. que exigem novas políticas governamentais;

c) O reforço de uma gestão municipal democrática, aberta e participada pelos cidadãos;

d) A acção e o contributo para o desenvolvimento e a criação de emprego;

e) Políticas de ordenamento do território, urbanismo e ambiente que aumentam a qualidade de vida que já temos no nosso concelho;

f) Um saudável desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo garantindo o acesso de todos à sua fruição;

g) O reforço da política social municipal e do apoio ao movimento associativo bem como da protecção civil e da segurança.

2. As Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2005, a enviar à Assembleia Municipal, incluem ainda:

- a) *Um ambicioso Plano de preservação e valorização ambiental onde se destaca os programas PIGS, GAPS, Rede Natura 2000 e REAGIR;*
- b) *A luta pela concretização do sistema intermunicipal de abastecimento de água e tratamento de esgotos, mantendo-os como serviços públicos face ao boicote dos Governos do PS e do PSD/CDS-PP e recusando a sua privatização (como defendem o MCPM e o PS) que penalizaria gravemente os cidadãos;*
- c) *O reforço e dinamização de programas e infra-estruturas de apoio à actividade económica;*
- d) *A disponibilização de novos lotes e loteamentos, a recuperação de habitação degradada e com fins sociais com o lançamento de um novo programa para melhorar as condições de habitabilidade, a dinamização das obras públicas e da construção civil, áreas multiplicadoras da economia e do emprego;*
- e) *A concretização de projectos estruturantes para a cidade e o concelho;*
- f) *A consolidação da Rede Social como forma de potenciar os meios de intervenção em problemas sociais;*
- g) *Uma aposta ainda mais reforçada na descentralização para as Juntas de Freguesia.*
3. *Fiel aos compromissos eleitorais, a CDU continuará a empenhar-se, em conjunto com os Montemorenses, na concretização dos programas, projectos e acções que vêm garantindo a crescente melhoria da qualidade de vida no concelho de Montemor-o-Novo.*

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a reunião eram doze horas e trinta minutos, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativo principal, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

A ASSISTENTE ADMINISTRATIVA ESPECIALISTA,